



BANESTES

BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Comum às especialidades de Analista
Econômico Financeiro e Analista em
Tecnologia da Informação:
Gestão Contábil; Gestão Estatística; Gestão
Financeira; Desenvolvimento de Sistemas; Segurança
da Informação e Suporte e Infraestrutura

EDITAL Nº 1/2024

CÓD: SL-001MR-24
7908433250340

Língua Portuguesa

1. Interpretação e Compreensão de texto	7
2. Organização estrutural dos textos Marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade	9
3. Modos de organização discursiva: descrição, narração, exposição, argumentação e injunção; características específicas de cada modo	11
4. Tipos textuais: informativo, publicitário, propagandístico, normativo, didático e divinatório; características específicas de cada tipo	18
5. Textos literários e não literários	21
6. Tipologia da frase portuguesa Estrutura da frase portuguesa: operações de deslocamento, substituição, modificação e correção. Problemas estruturais das frases. Organização sintática das frases: termos e orações. Ordem direta e inversa.....	21
7. Norma culta	24
8. Pontuação e sinais gráficos	25
9. Tipos de discurso	27
10. Registros de linguagem	30
11. Funções da linguagem	31
12. Elementos dos atos de comunicação	32
13. Estrutura e formação de palavras	33
14. Formas de abreviação	35
15. Classes de palavras; os aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e textuais de substantivos, adjetivos, artigos, numerais, pronomes, verbos, advérbios, conjunções e interjeições; os modalizadores	37
16. Semântica: sentido próprio e figurado; antônimos, sinônimos, parônimos e hiperônimos. Polissemia e ambiguidade.....	47
17. Os dicionários: tipos; a organização de verbetes	49
18. Vocabulário: neologismos, arcaísmos, estrangeirismos; latinismos	57
19. Ortografia e acentuação gráfica	59
20. A crase	61

Raciocínio Lógico e Matemático

1. Lógica: proposições, conectivos, equivalências lógicas, quantificadores e predicados	71
2. Conjuntos e suas operações, diagramas	77
3. Números inteiros, racionais e reais e suas operações	79
4. Porcentagem e juros	88
5. Proporcionalidade direta e inversa	90
6. Medidas de comprimento, área, volume, massa e tempo	92
7. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; dedução de novas informações daquelas relações. formação de conceitos, discriminação de elementos	94
8. Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal.....	106
9. Compreensão de dados apresentados em gráficos e tabelas	112
10. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.....	116
11. Problemas de contagem e noções de probabilidade	118

ÍNDICE

12. Geometria básica: ângulos, triângulos, polígonos, distâncias, proporcionalidade, perímetro e área; Plano cartesiano: sistema de coordenadas, distância	120
13. Noções de estatística: média, moda, mediana e desvio padrão	128
14. Problemas de lógica e raciocínio.....	130

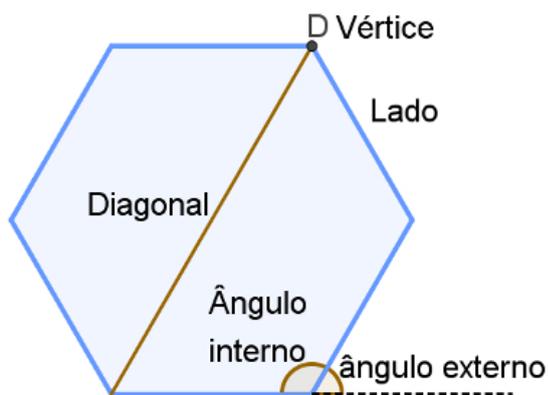
Conhecimentos Bancários

1. Sistema financeiro nacional	137
2. Dinâmica do mercado	137
3. Mercado bancário.....	138
4. Estrutura do Sistema Financeiro Nacional: Conselho Monetário Nacional; COPOM – Comitê de Política Monetária; Banco Central do Brasil; Comissão de Valores Mobiliários.....	139
5. Noções básicas sobre os crimes de “Lavagem” ou “Ocultação de Bens, Direitos e Valores”. Prevenção da utilização do Sistema Financeiro para os atos ilícitos, em conformidade com a Lei Federal nº 9.613/1998.....	141
6. Guia de Conduta Ética do Banestes	154
7. Ruptura digital no setor bancário e financeiro.....	155

POLÍGONOS

Polígonos são linhas fechadas formadas apenas por segmentos de reta que não se cruzam. Ou seja, são figuras geométricas planas formadas por lados, que, por sua vez, são segmentos de reta.

Elementos de um polígono



- **Lados:** cada um dos segmentos de reta que une vértices consecutivos.
- **Vértices:** ponto de intersecção de dois lados consecutivos.
- **Diagonais:** Segmentos que unem dois vértices não consecutivos
- **Ângulos internos:** ângulos formados por dois lados consecutivos
- **Ângulos externos:** ângulos formados por um lado e pelo prolongamento do lado a ele consecutivo.

Classificação

Os polígonos são classificados de acordo com o número de lados, conforme a tabela.

No. de lados	Polígono	No. de lados	Polígono
1	não existe	11	undecágono
2	não existe	12	dodecágono
3	triângulo	13	tridecágono
4	quadrilátero	14	tetradecágono
5	pentágono	15	pentadecágono
6	hexágono	16	hexadecágono
7	heptágono	17	heptadecágono
8	octógono	18	octadecágono
9	eneágono	19	eneadecágono
10	decágono	20	icoságono

Fórmulas

Diagonais de um vértice: $d_v = n - 3$.

Total de diagonais: $d = \frac{(n-3).n}{2}$

Soma dos ângulos internos: $S_i = (n - 2).180^\circ$.

Soma dos ângulos externos: para qualquer polígono o valor da soma dos ângulos externos é uma constante, isto é, $S_e = 360^\circ$.

Polígonos Regulares

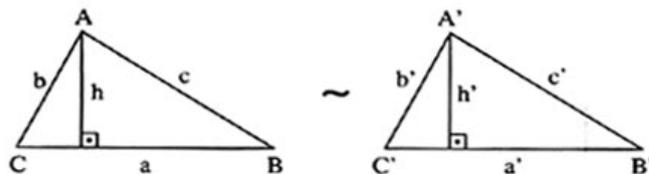
Um polígono é chamado de regular quando tem todos os lados congruentes (iguais) e todos os ângulos congruentes. Para os polígonos regulares temos as seguintes fórmulas, além das quatro acima:

Ângulo interno: $a_i = \frac{(n-2).180^\circ}{n}$ ou $a_i = \frac{S_i}{n}$

Ângulo externo: $a_e = \frac{360^\circ}{n}$ ou $a_e = \frac{S_e}{n}$

Semelhança de Polígonos

Dois polígonos são semelhantes quando os ângulos correspondentes são congruentes e os lados correspondentes são proporcionais.



$\Delta ABC \sim \Delta A'B'C' \Leftrightarrow \begin{cases} A = A'; B = B' \text{ e } C = C' \\ \frac{a}{a'} = \frac{b}{b'} = \frac{c}{c'} = \frac{h}{h'} = \dots = K \\ K = \text{razão de semelhança} \end{cases}$

Exemplo:

Um joalheiro recebe uma encomenda para uma joia poligonal. O comprador exige que o número de diagonais seja igual ao número de lados. Sendo assim, o joalheiro deve produzir uma joia:

- (A) Triangular
- (B) Quadrangular
- (C) Pentagonal
- (D) Hexagonal
- (E) Decagonal

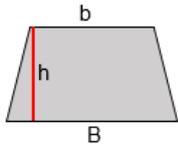
Resolução:

Sendo d o número de diagonais e n o número de lados, devemos ter:

$d = n$
 $\frac{(n-3).n}{2} = n$ (passando o 2 multiplicando)
 $(n - 3).n = 2n$
 $n - 3 = 2$
 $n = 2 + 3$
 $n = 5 = \text{pentagonal}$

Resposta: C

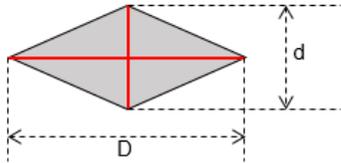
- sendo **B** a base maior, **b** a base menor e **h** a altura:



$$A = \frac{(B + b) \cdot h}{2}$$

4. Losango

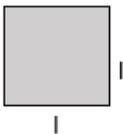
- sendo **D** a diagonal maior e **d** a diagonal menor:



$$A = \frac{D \cdot d}{2}$$

5. Quadrado

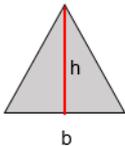
- sendo **l** o lado:



$$A = l^2$$

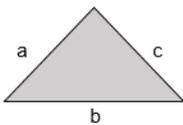
6. Triângulo: essa figura tem 6 fórmulas de área, dependendo dos dados do problema a ser resolvido.

I) sendo dados a base **b** e a altura **h**:



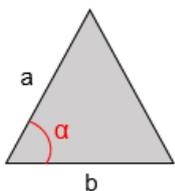
$$A = \frac{b \cdot h}{2}$$

II) sendo dados as medidas dos três lados **a**, **b** e **c**:



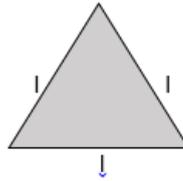
$$A = \sqrt{p \cdot (p - a) \cdot (p - b) \cdot (p - c)}, \text{ onde } p \text{ é o semiperímetro, isto é, } p = \frac{a+b+c}{2}$$

III) sendo dados as medidas de dois lados e o ângulo formado entre eles:



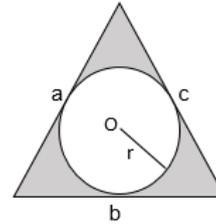
$$A = \frac{a \cdot b \cdot \text{sen} \alpha}{2}$$

IV) triângulo equilátero (tem os três lados iguais):



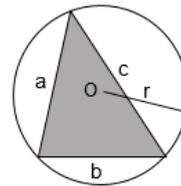
$$A = \frac{l^2 \sqrt{3}}{4}$$

V) circunferência inscrita:



$$A = p \cdot r$$

VI) circunferência circunscrita:

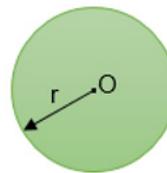


$$A = \frac{a \cdot b \cdot c}{4r}$$

Área do círculo e suas partes

I- Círculo:

Quem primeiro descreveu a área de um círculo foi o matemático grego Arquimedes (287/212 a.C.), de Siracusa, mais ou menos por volta do século II antes de Cristo. Ele concluiu que quanto mais lados tem um polígono regular mais ele se aproxima de uma circunferência e o apótema (**a**) deste polígono tende ao raio **r**. Assim, como a fórmula da área de um polígono regular é dada por $A = p \cdot a$ (onde **p** é semiperímetro e **a** é o apótema), temos para a área do círculo, então temos:



$$A = \pi r^2$$

Reta

Equação da reta

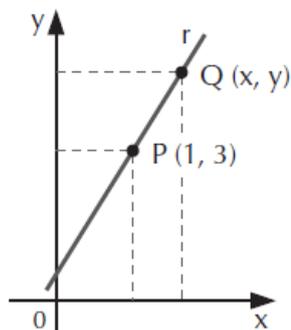
A equação da reta é determinada pela relação entre as abscissas e as ordenadas. Todos os pontos desta reta obedecem a uma mesma lei. Temos duas maneiras de determinar esta equação:

1) Um ponto e o coeficiente angular

Exemplo:

Consideremos um ponto $P(1, 3)$ e o coeficiente angular $m = 2$.

Dados $P(x_1, y_1)$ e $Q(x, y)$, com $P \in r$, $Q \in r$ e m a declividade da reta r , a equação da reta r será:



$$m = \frac{y - y_1}{x - x_1} \Rightarrow y - y_1 = m(x - x_1)$$

2) Dois pontos: $A(x_1, y_1)$ e $B(x_2, y_2)$

Consideremos os pontos $A(1, 4)$ e $B(2, 1)$. Com essas informações, podemos determinar o coeficiente angular da reta:

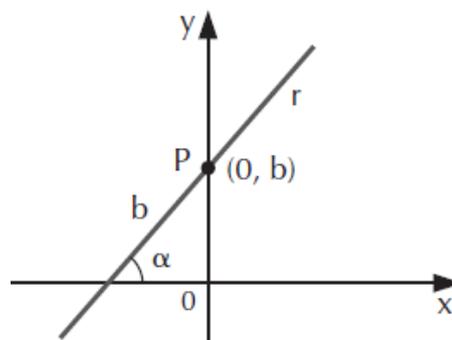
$$m = \frac{y_2 - y_1}{x_2 - x_1} = \frac{1 - 4}{2 - 1} = -\frac{3}{1} = -3$$

Com o coeficiente angular, podemos utilizar qualquer um dos dois pontos para determinarmos a equação da reta. Temos $A(1, 4)$, $m = -3$ e $Q(x, y)$

$$y - y_1 = m \cdot (x - x_1) \Rightarrow y - 4 = -3 \cdot (x - 1) \Rightarrow y - 4 = -3x + 3 \Rightarrow 3x + y - 4 - 3 = 0 \Rightarrow 3x + y - 7 = 0$$

Equação reduzida da reta

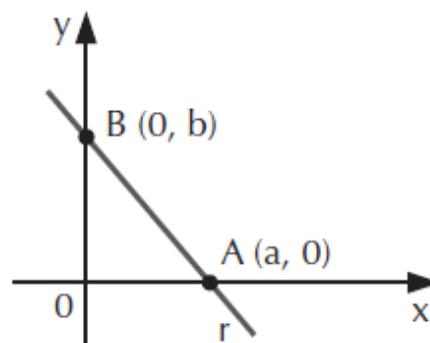
A equação reduzida é obtida quando isolamos y na equação da reta $y - b = mx$



$$y = mx + b$$

– Equação segmentária da reta

É a equação da reta determinada pelos pontos da reta que interceptam os eixos x e y nos pontos $A(a, 0)$ e $B(0, b)$.



$$\frac{x}{a} + \frac{y}{b} = 1$$

Equação geral da reta

Toda equação de uma reta pode ser escrita na forma:
 $ax + by + c = 0$

onde a , b e c são números reais constantes com a e b não simultaneamente nulos.

Distância entre um ponto e uma reta

A distância de um ponto a uma reta é a medida do segmento perpendicular que liga o ponto à reta. Utilizamos a fórmula a seguir para obtermos esta distância.

Resolução:

O Anel usa-se no dedo, logo o colar usa-se no pescoço.

Resposta: D

(DPU – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE) Em uma festa com 15 convidados, foram servidos 30 bombons: 10 de morango, 10 de cereja e 10 de pistache. Ao final da festa, não sobrou nenhum bombom e

- quem comeu bombom de morango comeu também bombom de pistache;
- quem comeu dois ou mais bombons de pistache comeu também bombom de cereja;
- quem comeu bombom de cereja não comeu de morango.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

É possível que um mesmo convidado tenha comido todos os 10 bombons de pistache.

- () CERTO
() ERRADO

Resolução:

Vamos partir da 2ª informação, utilizando a afirmação do enunciado que ele comeu 10 bombons de pistache:

– quem comeu dois ou mais bombons (10 bombons) de pistache comeu também bombom de cereja; - CERTA.

Sabemos que quem come pistache come morango, logo:

– quem comeu bombom de morango comeu também bombom de pistache; - CERTA

Analisando a última temos:

– quem comeu bombom de cereja não comeu de morango. – ERRADA, pois esta contradizendo a informação anterior.

Resposta: Errado

QUESTÕES

1. (TJ/SP – Estatístico Judiciário – VUNESP) A distribuição de salários de uma empresa com 30 funcionários é dada na tabela seguinte.

Salário (em salários mínimos)	Funcionários
1,8	10
2,5	8
3,0	5
5,0	4
8,0	2
15,0	1

Pode-se concluir que

- (A) o total da folha de pagamentos é de 35,3 salários.
- (B) 60% dos trabalhadores ganham mais ou igual a 3 salários.
- (C) 10% dos trabalhadores ganham mais de 10 salários.
- (D) 20% dos trabalhadores detêm mais de 40% da renda total.
- (E) 60% dos trabalhadores detêm menos de 30% da renda total.

2. (TJ/SP – Estatístico Judiciário – VUNESP) Considere a tabela de distribuição de frequência seguinte, em que x_i é a variável estudada e f_i é a frequência absoluta dos dados.

x_i	f_i
30-35	4
35-40	12
40-45	10
45-50	8
50-55	6
TOTAL	40

Assinale a alternativa em que o histograma é o que melhor representa a distribuição de frequência da tabela.

- (A)
- (B)
- (C)
- (D)
- (E)

3. (SENAI) O sr. Altair deu muita sorte em um programa de capitalização bancário. Inicialmente, ele apresentava um saldo devedor X no banco, mas resolveu depositar 500 reais, o que cobriu sua dívida e ainda lhe sobrou uma certa quantia A. Essa quantia A, ele resolveu aplicar no programa e ganhou quatro vezes mais do que tinha, ficando então com uma quantia B. Uma segunda vez, o sr. Altair resolveu aplicar no programa, agora a quantia B que possuía, e novamente saiu contente, ganhou três vezes o valor investido. Ao final, ele passou de devedor para credor de um valor de R\$ 3 600,00 no banco. Qual era o saldo inicial X do sr. Altair?

- (A) -R\$ 350,00.
- (B) -R\$ 300,00.
- (C) -R\$ 200,00.
- (D) -R\$ 150,00.
- (E) -R\$ 100,00.

14. (TRE/PR – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC/2017) Uma geladeira está sendo vendida nas seguintes condições:

– Preço à vista = R\$ 1.900,00;

– Condições a prazo = entrada de R\$ 500,00 e pagamento de uma parcela de R\$ 1.484,00 após 60 dias da data da compra.

A taxa de juros simples mensal cobrada na venda a prazo é de

- (A) 1,06% a.m.
- (B) 2,96% a.m.
- (C) 0,53% a.m.
- (D) 3,00% a.m.
- (E) 6,00% a.m.

15. (IPRESB/SP - ANALISTA DE PROCESSOS PREVIDENCIÁRIOS- VUNESP/2017) Uma gráfica precisa imprimir um lote de 100000 folhetos e, para isso, utiliza a máquina A, que imprime 5000 folhetos em 40 minutos. Após 3 horas e 20 minutos de funcionamento, a máquina A quebra e o serviço restante passa a ser feito pela máquina B, que imprime 4500 folhetos em 48 minutos. O tempo que a máquina B levará para imprimir o restante do lote de folhetos é

- (A) 14 horas e 10 minutos.
- (B) 14 horas e 05 minutos.
- (C) 13 horas e 45 minutos.
- (D) 13 horas e 30 minutos.
- (E) 13 horas e 20 minutos.

16. (IBGE – AGENTE CENSITÁRIO ADMINISTRATIVO-FGV/2017) Lucas foi de carro para o trabalho em um horário de trânsito intenso e gastou 1h20min. Em um dia sem trânsito intenso, Lucas foi de carro para o trabalho a uma velocidade média 20km/h maior do que no dia de trânsito intenso e gastou 48min.

A distância, em km, da casa de Lucas até o trabalho é:

- (A) 36;
- (B) 40;
- (C) 48;
- (D) 50;
- (E) 60.

17. (PREFEITURA DE PETRÓPOLIS – 2022) Em uma prova de Matemática, havia uma questão sobre MMC e MDC entre os números 20 e 28. Qual o valor do MDC?

- (A) 140
- (B) 10
- (C) 4
- (D) 2
- (E) 20

18. Sabe-se que 100 celulares foram testados e verificou-se que 40 aparelhos apresentavam problemas na bateria, 28 apresentavam problemas no display e 35 não apresentavam nenhum desses dois tipos de problemas.

O número de aparelhos que apresentavam problemas na bateria e no display é:

- (A) 9
- (B) 5
- (C) 3
- (D) 7

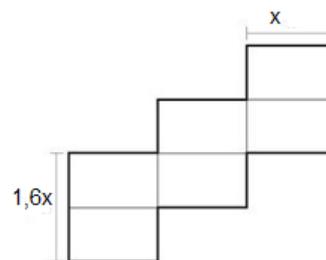
19. (UFES - Assistente em Administração – UFES/2017) Uma determinada família é composta por pai, por mãe e por seis filhos. Eles possuem um automóvel de oito lugares, sendo que dois lugares estão em dois bancos dianteiros, um do motorista e o outro do carona, e os demais lugares em dois bancos traseiros. Eles viajarão no automóvel, e o pai e a mãe necessariamente ocuparão um dos dois bancos dianteiros. O número de maneiras de dispor os membros da família nos lugares do automóvel é igual a:

- (A) 1440
- (B) 1480
- (C) 1520
- (D) 1560
- (E) 1600

20. (TJ/RS - TÉCNICO JUDICIÁRIO – FAURGS/2017) Em cada um de dois dados cúbicos idênticos, as faces são numeradas de 1 a 6. Lançando os dois dados simultaneamente, cuja ocorrência de cada face é igualmente provável, a probabilidade de que o produto dos números obtidos seja um número ímpar é de:

- (A) 1/4.
- (B) 1/3.
- (C) 1/2.
- (D) 2/3.
- (E) 3/4.

21. (TJM-SP - Oficial de Justiça – VUNESP) Um grande terreno foi dividido em 6 lotes retangulares congruentes, conforme mostra a figura, cujas dimensões indicadas estão em metros.



Sabendo-se que o perímetro do terreno original, delineado em negro na figura, mede $x + 285$, conclui-se que a área total desse terreno é, em m^2 , igual a:

- (A) 2 400.
- (B) 2 600.
- (C) 2 800.
- (D) 3000.
- (E) 3 200.

22. (TRT/4ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Judiciária – FCC) Ultimamente tem havido muito interesse no aproveitamento da energia solar para suprir outras fontes de energia. Isso fez com que, após uma reforma, parte do teto de um salão de uma empresa fosse substituída por uma superfície retangular totalmente revestida por células solares, todas feitas de um mesmo material. Considere que:

- células solares podem converter a energia solar em energia elétrica e que para cada centímetro quadrado de célula solar que recebe diretamente a luz do sol é gerada 0,01 watt de potência elétrica;

- a superfície revestida pelas células solares tem 3,5m de largura por 8,4m de comprimento.

- V - nível D;
- VI - nível E;
- VII - nível F;
- VIII - nível G;
- IX - nível H.

Cada banco possui sua política de crédito e, com base nela, estabelecem quais serão os perfis de risco escolhidos como público-alvo na concessão de crédito. Algumas instituições têm maior disposição para correr riscos, enquanto outras são mais conservadoras. Veremos a seguir qual impacto financeiro uma classificação de risco pode trazer para uma instituição financeira.

Conforme previsto no art. 6º da Resolução BCB nº 2682, a provisão para fazer face aos créditos de liquidação duvidosa deve ser constituída mensalmente, mediante a aplicação de percentuais incidindo sobre o valor da operação, observado que os percentuais aplicáveis estão relacionados ao nível de risco no qual foi classificado o direito creditório.

I - 0,5% (meio por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível A;

II - 1% (um por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível B;

III - 3% (três por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível C;

IV - 10% (dez por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível D;

V - 30% (trinta por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco

VI - 50% (cinquenta por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível F;

VII - 70% (setenta por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível G;

VIII - 100% (cem por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível H.

É possível notar que os referidos percentuais de provisionamento aumentam com o decorrer do tempo de atraso no pagamento. Logo, a cada período que aumenta, o percentual a ser retido impacta negativamente o banco, porque tira o dinheiro que poderia estar disponível para um empréstimo e disponibiliza para provisionar a operação a fim de evitar a insolvência da instituição. Cabe ressaltar que é uma determinação do Banco Central.

Cobrança de Crédito

Solicitação do pagamento da dívida contraída pelo consumidor, podendo requerer tanto o pagamento de dívidas negativadas quanto de dívidas não negativadas. Não há muita flexibilidade. Nesta fase da cobrança, as operações possuem a característica de apresentar pequenos atrasos e altas perspectivas de pagamento. É uma ação voltada a consumidores endividados e cujos nomes ainda não foram inseridos em cadastros de órgãos de proteção ao crédito.

Recuperação de Crédito

Vimos que uma operação inadimplente é prejuízo para as instituições. Então, o objetivo é fazer com que o inadimplente renegocie ou quite suas obrigações para que os percentuais de provisionamento sejam recalculados e o banco possa ter mais recursos para emprestar. O interesse central é receber o débito

antes que a dívida atinja seu prazo de prescrição, a fim de evitar um processo de execução judicial. Nesse estágio, os clientes possuem extenso atraso e baixas perspectivas de pagamento.

ESTRUTURA DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL: CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL; COPOM – COMITÊ DE POLÍTICA MONETÁRIA; BANCO CENTRAL DO BRASIL; COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

— Conselho Monetário Nacional (CMN)

É um órgão normativo criado pela Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que, conforme o artigo 2º:

Art. 2º Fica extinto o Conselho da atual Superintendência da Moeda e do Crédito e criado em substituição o Conselho Monetário Nacional, com a finalidade de formular a política da moeda e do crédito, como previsto nesta lei, objetivando o progresso econômico e social do País.

As normas, diretrizes e regulamentações criadas pelo CMN sempre terão como viés gerar o desenvolvimento econômico e social do país. Ao abordarmos os objetivos e as competências do CMN, será possível identificar de que forma isso é feito na prática.

Composição

É constituído atualmente pelos seguintes membros:

- Ministro de Estado da Fazenda (presidente do Conselho);
- Presidente do Banco Central;
- Ministro do Estado do Planejamento e Orçamento.

O Conselho reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que for convocado por seu Presidente. O Banco Central funciona como secretaria-executiva do CMN, e devido a esta atribuição, fica sob sua responsabilidade a elaboração de atas das reuniões, assim como qualquer outra atribuição administrativa.

Importante!

Houve uma alteração recente neste tema com base na Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro 2023, convertida na Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023. De acordo com o seu art. 1º, tem por objetivo:

- Estabelecer a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;
- A organização detalhada dos órgãos, com a denominação e definição das competências das suas unidades administrativas, será promovida por decretos de estrutura regimental;
- A vinculação das entidades aos órgãos da Administração Pública Federal será feita por Ato do Presidente da República.

— Comissão Técnica da Moeda e do Crédito (Comoc)

É uma comissão de assessoramento que atua junto ao CMN e tem em sua composição, conforme Lei nº 9.069, artigo 9º.

Art. 9º É criada junto ao Conselho Monetário Nacional a Comissão Técnica da Moeda e do Crédito, composta dos seguintes membros:

- I - Presidente e quatro Diretores do Banco Central do Brasil;
- II - Presidente da Comissão de Valores Mobiliários;

— Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP)

O Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP é o órgão encarregado de estabelecer as diretrizes e normas da política de seguros privados. Compreendem-se como seguros privados os seguros, a capitalização, a previdência privada aberta e o resseguro.

Conforme o Decreto de lei nº 73 no artigo 32, compete ao CNSP:

Art 32. É criado o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, ao qual compete privativamente

I - Fixar as diretrizes e normas da política de seguros privados;

II - Regular a constituição, organização, funcionamento e fiscalização dos que exercerem atividades subordinadas a este Decreto-Lei, bem como a aplicação das penalidades previstas;

III - Estipular índices e demais condições técnicas sobre tarifas, investimentos e outras relações patrimoniais a serem observadas pelas Sociedades Seguradoras;

IV - Fixar as características gerais dos contratos de seguros;

[...]

VII - Estabelecer as diretrizes gerais das operações de resseguro;

[...]

XI - Prescrever os critérios de constituição das Sociedades Seguradoras, com fixação dos limites legais e técnicos das operações de seguro;

XII - Disciplinar a corretagem de seguros e a profissão de corretor;

Um órgão normativo tem como função principal criar as regras de funcionamento do mercado. No caso específico do CNSP, ele é a autoridade máxima quando o assunto são seguros privados.

Sua participação é crucial, pois abrange normas abrangentes, como a criação de parâmetros para o funcionamento das instituições participantes, cláusulas gerais de contratos de seguros e limites relacionados à cobrança de corretagem, que é a forma de remuneração das seguradoras. Essas normas serão cumpridas por todos os participantes do ramo de seguros privados.

Composição:

- Ministro da Fazenda (Presidente);
- Representante do Ministério da Justiça;
- Representante do Ministério da Previdência Social;
- Superintendente da Superintendência de Seguros Privados;
- Representante do Banco Central do Brasil.

Dica: a composição do CNSP teve alteração em 2023, sendo revogado a participação do representante da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

— Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC

É um órgão colegiado, cuja atribuição principal é regular o funcionamento dos planos ofertados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar popularmente chamados de fundos de pensão.

Fundos de Pensão: são modalidades de previdência fechada, ou seja, destinam-se exclusivamente aos trabalhadores de uma determinada empresa. Algumas empresas oferecem esse benefício para que, no futuro, o trabalhador tenha um complemento à sua aposentadoria, não dependendo apenas do INSS. Dentre os princi-

pais fundos de pensão, destacam-se a Previ (plano dos funcionários do Banco do Brasil), a Funcef (plano dos funcionários da Caixa Econômica Federal) e a Petros (plano dos funcionários da Petrobras).

Composição:

De acordo com a Lei nº 12.154 artigo 14.

Art. 14. O Conselho Nacional de Previdência Complementar contará com 8 (oito) integrantes, com direito a voto e mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, sendo:

I - 5 (cinco) representantes do poder público; e

II - 3 (três) indicados, respectivamente:

- a) pelas entidades fechadas de previdência complementar;*
- b) pelos patrocinadores e instituidores; e*
- c) pelos participantes e assistidos.*

Repare que na composição do CNPC constam participantes que não têm vinculação direta com o governo. Importante destacar que o colegiado está dentro da estrutura do Ministério da Previdência Social e é presidido pelo representante indicado pelo poder público, mais especificamente, o representante do Ministério da Fazenda.

NOÇÕES BÁSICAS SOBRE OS CRIMES DE “LAVAGEM” OU “OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES”. PREVENÇÃO DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO PARA OS ATOS ILÍCITOS, EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 9.613/1998

O crime de lavagem de dinheiro tem como característica ser um conjunto de operações comerciais e financeiras que visam a incorporação de dinheiro de origem ilícita na economia de um país, com a finalidade de dar uma aparência lícita. O maior desafio é esconder a origem dos recursos. A lavagem de dinheiro pode ter um caráter transitório ou definitivo. Para que esse processo dinâmico se concretize, será necessário conhecer as três etapas independentes que normalmente ocorrem simultaneamente.

Antes de apresentar as etapas, é importante ressaltar que há uma cooperação mundial a fim de coibir e evitar a lavagem de dinheiro. Diversos governos e empresas participam desta cooperação, principalmente as ligadas ao mercado financeiro mundial.

Para disfarçar os lucros ilícitos sem comprometer os envolvidos, a lavagem de dinheiro realiza-se por meio de um processo dinâmico que requer: primeiro, o distanciamento dos fundos de sua origem, evitando uma associação direta deles com o crime; segundo, o disfarce de suas várias movimentações para dificultar o rastreamento desses recursos; e terceiro, a disponibilização do dinheiro novamente para os criminosos depois de ter sido suficientemente movimentado no ciclo de lavagem e poder ser considerado “limpo”.

— Fases da Lavagem de Dinheiro

Colocação: é a primeira etapa da lavagem de dinheiro onde ocorre a introdução do dinheiro ilícito no sistema financeiro, de forma a torná-lo mais portátil e menos suspeito, ou seja, objetiva ocultar sua origem, evitando uma associação direta dos recursos com o crime cometido. Exemplo: Nesta etapa, as instituições financeiras são utilizadas para receber esses recursos sem saber a origem. O objetivo é a realização de depósitos e transferências

IX - as pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, que operem no Brasil como agentes, dirigentes, procuradoras, comissionárias ou por qualquer forma representem interesses de ente estrangeiro que exerça qualquer das atividades referidas neste artigo;

X - as pessoas físicas ou jurídicas que exerçam atividades de promoção imobiliária ou compra e venda de imóveis;

XI - as pessoas físicas ou jurídicas que comercializem joias, pedras e metais preciosos, objetos de arte e antiguidades.

XII - as pessoas físicas ou jurídicas que comercializem bens de luxo ou de alto valor, intermedieiem a sua comercialização ou exerçam atividades que envolvam grande volume de recursos em espécie;

XIII - as juntas comerciais e os registros públicos;

XIV - as pessoas físicas ou jurídicas que prestem, mesmo que eventualmente, serviços de assessoria, consultoria, contadoria, auditoria, aconselhamento ou assistência, de qualquer natureza, em operações:

a) de compra e venda de imóveis, estabelecimentos comerciais ou industriais ou participações societárias de qualquer natureza;

b) de gestão de fundos, valores mobiliários ou outros ativos;

c) de abertura ou gestão de contas bancárias, de poupança, investimento ou de valores mobiliários;

d) de criação, exploração ou gestão de sociedades de qualquer natureza, fundações, fundos fiduciários ou estruturas análogas;

e) financeiras, societárias ou imobiliárias; e

f) de alienação ou aquisição de direitos sobre contratos relacionados a atividades desportivas ou artísticas profissionais;

XV - Pessoas físicas ou jurídicas que atuem na promoção, intermediação, comercialização, agenciamento ou negociação de direitos de transferência de atletas, artistas ou feiras, exposições ou eventos similares;

XVI - as empresas de transporte e guarda de valores;

XVII - as pessoas físicas ou jurídicas que comercializem bens de alto valor de origem rural ou animal ou intermedieiem a sua comercialização; e

XVIII - as dependências no exterior das entidades mencionadas neste artigo, por meio de sua matriz no Brasil, relativamente a residentes no País

XIX - as prestadoras de serviços de ativos virtuais.

Reparem que há um grande número de pessoas físicas e jurídicas que estão sujeitas a fiscalização, o quão importante se tornou esse tema, notem que todas as dezenove atividades citadas estão relacionadas com algumas das fases da lavagem de dinheiro: Colocação, Ocultação e Integração.

Da Identificação dos Clientes e Manutenção de Registros

Art. 10. As pessoas referidas no art. 9º:

I - Identificarão seus clientes e manterão cadastro atualizado, nos termos de instruções emanadas das autoridades competentes;

II - Manterão registro de toda transação em moeda nacional ou estrangeira, títulos e valores mobiliários, títulos de crédito, metais, ativos virtuais, ou qualquer ativo passível de ser convertido em dinheiro, que ultrapassar limite fixado pela autoridade competente e nos termos de instruções por esta expedidas;

[...]

IV - Deverão cadastrar-se e manter seu cadastro atualizado no órgão regulador ou fiscalizador e, na falta deste, no Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), na forma e condições por eles estabelecidas;

V - Deverão atender às requisições formuladas pelo Coaf na periodicidade, forma e condições por ele estabelecidas, cabendo-lhe preservar, nos termos da lei, o sigilo das informações prestadas.

§ 1º Na hipótese de o cliente constituir-se em pessoa jurídica, a identificação referida no inciso I deste artigo deverá abranger as pessoas físicas autorizadas a representá-la, bem como seus proprietários.

§ 2º Os cadastros e registros referidos nos incisos I e II deste artigo deverão ser conservados durante o período mínimo de cinco anos a partir do encerramento da conta ou da conclusão da transação, prazo este que poderá ser ampliado pela autoridade competente.

Quando a lei aborda um prazo, devemos ficar atentos. Repare que o Art. 10º trata mais sobre questões cadastrais que as instituições devem cumprir. Relacionado a essas questões, há uma menção de que as instituições mencionadas no Art. 9º devem conservar, durante no mínimo cinco anos, as informações cadastrais e os registros transacionais dos clientes a partir do encerramento da conta, sendo possível a prorrogação deste prazo.

Da Responsabilidade administrativa

Art. 12. Às pessoas referidas no art. 9º, bem como aos administradores das pessoas jurídicas, que deixem de cumprir as obrigações previstas nos arts. 10 e 11 serão aplicadas, cumulativamente ou não, pelas autoridades competentes, as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - multa pecuniária variável não superior:

a) ao dobro do valor da operação;

b) ao dobro do lucro real obtido ou que presumivelmente seria obtido pela realização da operação; ou

c) ao valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);

III - inabilitação temporária, pelo prazo de até dez anos, para o exercício do cargo de administrador das pessoas jurídicas referidas no art. 9º;

IV - Cassação ou suspensão da autorização para o exercício de atividade, operação ou funcionamento.

§ 1º A pena de advertência será aplicada por irregularidade no cumprimento das instruções referidas nos incisos I e II do art. 10.

§ 2º A multa será aplicada sempre que as pessoas referidas no art. 9º, por culpa ou dolo:

I - Deixarem de sanar as irregularidades objeto de advertência, no prazo assinalado pela autoridade competente;

II - Não cumprirem o disposto nos incisos I a IV do art.10;

III - deixarem de atender, no prazo estabelecido, a requisição formulada nos termos do inciso V do art. 10;

IV - Descumprirem a vedação ou deixarem de fazer a comunicação a que se refere o art. 11.

Assunto importante: as penas vão desde uma simples advertência, multa, inabilitação temporária e até uma cassação. Vamos nos deter na multa pecuniária, aplicada pelo COAF, aos crimes de lavagem de dinheiro, que pode corresponder:

– Ao dobro do valor da operação;